

## **CNDH, parlamentares, governo, sistema de justiça e sociedade civil debatem políticas para população em situação de rua durante e após pandemia de covid-19**

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH participou ontem (31) de mesa de diálogo sobre políticas públicas para garantia dos direitos da população em situação de rua durante e pós-pandemia de covid-19. O evento foi organizado pelo conselho, pelo deputado Helder Salomão, conselheiro e presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal e pela deputada Erika Kokay, presidenta da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua, com apoio do Sistema da Organização das Nações Unidas ONU - no Brasil.

Participaram do debate parlamentares, representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda, da ONU, do governo federal, do Ministério Público, da Defensoria Pública da União, da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos - Anadep e de diversas entidades da sociedade civil.

“Trata-se de reunião histórica, pois nunca tivemos um encontro com tantos representantes da ONU, do Parlamento, do sistema de justiça, do governo federal e da sociedade civil debatendo a temática da população em situação de rua. O CNDH tem sido fundamental na articulação e efetivação de direitos humanos. Esperamos que o Estado brasileiro efetive o direito a uma moradia adequada para a população em situação de rua”, afirmou o presidente do CNDH, Renan Sotto Mayor.

Pelo CNDH, estiveram presentes, além de Sotto Mayor, o vice-presidente, Leonardo Pinho, os conselheiros Markinhos Souza, membro do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, e Leonildo Monteiro, membro do Movimento Nacional de População em Situação de Rua.

“É fundamental que haja uma pesquisa nacional permanente de quantos somos e onde estamos, levando em conta as especificidades das população em situação de rua no país”, afirmou o conselheiro Markinhos Souza. Outro ponto apontado foi a implementação de diretrizes nacionais para atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua. “Também achamos muito importante a ampliação de articulação de políticas em comitês intersetoriais municipais e estaduais, que estão parados na pandemia”, afirmou, destacando a necessidade de que as políticas setoriais, como saúde, assistência social e educação, sejam integradas.

Souza também relatou a importância da consulta pública aberta pelo CNDH para construção de uma resolução sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua.

Já o conselheiro Leonildo Monteiro informou que a pandemia resultou em fechamento de torneiras, banheiros e políticas, como os centros destinados às pessoas em situação de rua. “Infelizmente o Brasil não sabe nem quantas pessoas há em situação de rua nem tem um orçamento destinado a elas. No começo na pandemia a gente viu que as pessoas viviam de restos de políticas de saúde e assistência. Já era uma população exterminada, em uma política higienista, e muitas pessoas preferem morrer de frio nas ruas do que viver em espaços que só violam os direitos das pessoas que vivem nas ruas”, afirmou. Ele acrescentou que a população tem aumentado com os efeitos da pandemia na economia brasileira, o que, segundo ele, sequer é mensurado pelo governo.

Pela ONU, esteve presente o coordenador residente da ONU no Brasil, Niky Fabiancic; o representante regional para América do Sul do Alto Comissariado de Direitos Humanos,

Jan Jarab; a diretora do UNAIDS Brasil, Claudia Velasquez ; e a assessora do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, Angela Pires Terto.

O debate pode ser assistido integralmente no canal do youtube do CNDH, em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=WZUC5hG5XJs>